

Comissão Constitucional pode rever temas aprovados.

Da Sucursal do Rio



A revisão de temas já aprovados pela plenária da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais é uma possibilidade que está sendo cogitada por seu presidente, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, em função do descontentamento de setores atingidos pelas propostas, como as Forças Armadas, as polícias militares e empresas multinacionais. O secretário-geral da Comissão, professor Ney Prado, 56, disse que Arinos está "preocupado com certos temas e com as reações dos setores interessados". O padre Fernando Bastos D'Ávila, que também integra o grupo, afirmou que Arinos já se pronunciou sobre a possibilidade de reexame de "alguns assuntos que tiveram grande repercussão".

Arinos declarou que "a plenária da Comissão é soberana para qualquer decisão", mas não confirmou que irá propor a revisão de temas aprovados: "ainda não examinei a questão". O presidente da Comissão

recebeu em sua casa, na última terça-feira, um grupo formado por todos os comandantes das polícias militares brasileiras, que lhe entregaram um documento em que criticam a decisão da Comissão de reduzir os poderes das PMs e pedem que "sejam mantidas sua competência e estrutura atuais". O presidente da Shell do Brasil, Abel Carparelli, 58, disse à 'Folha', na última quarta-feira, estar "preocupado" com o texto aprovado pela Comissão, que dá ao Congresso competência para legislar sobre nacionalização de empresas estrangeiras. O ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, defendeu a manutenção do texto da atual Constituição sobre as Forças Armadas (a proposta do anteprojeto da Comissão retira a função de "garantir a lei e a ordem") e um grupo formado por representantes das três armas vai reunir-se para avaliar o texto aprovado pela Comissão.

A possibilidade de revisão animou o grupo que é chamado de conservador dentro da Comissão e que ameaçava, diante das segundas derrotas que sofreu nas plenárias, não comparecer ao "esforço concentra-

do" que começa amanhã no Centro de Estudos e Conferências (Centrecon) do Ministério de Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio. Todos confirmaram a presença e há a disposição de lutar pelo reexame dos temas: "as decisões estão saindo apressadas. Alguns assuntos, por sua relevância, deveriam ser revistos em plenário", disse Ney Prado. O padre Fernando D'Ávila disse que, depois que todos os capítulos do anteprojeto forem aprovados, serão examinados em bloco, em nova plenária: "é a oportunidade ideal para revisão".

A idéia receberá resistência, na própria Comissão. "É totalmente fora de propósito. A função da Comissão não é de definir propostas prontas e acabadas, mas de provocar o debate. É isto que ela está fazendo, como demonstra a reação de diversos setores sociais a seu trabalho. A luta pela aprovação de determinadas tendências tem que se dar no Congresso constituinte", declarou o advogado José Alberto Assumpção. "Apoio o que a plenária decidir, mas não vejo razão para revisão", comentou o jurista Evaristo de Moraes Filho.

'Esforço concentrado' começa amanhã

Começa amanhã "esforço concentrado" da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que prepara um anteprojeto de Constituição como "subsídio" para o Congresso constituinte. Os conselheiros, presididos pelo ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, discutirão, em regime de tempo integral, no Centro de Estudos e Conferências (Centrecon) do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio, os temas dos capítulos 1 ("Princípios Fundamentais de Ordem Constitucional, Organização Internacional e Declaração de Direitos") e 2 ("Federação e Organização Tributária") do anteprojeto. O término das reuniões está previsto para o dia 12 de julho.

O objetivo do "esforço concentrado" é permitir a conclusão dos trabalhos dentro do prazo concedido pela Presidência da República, que criou a Comissão: 21 de setembro (o prazo inicial terminava em julho).

mas houve prorrogação). "Não será fácil", previu o secretário-geral da Comissão, Ney Prado. Somente o texto do capítulo 1, preparado pelo comitê temático da Comissão, recebeu 160 emendas. E, até agora, a Comissão concluiu os debates de três dos dez capítulos do anteprojeto: "Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas", "Ordem Social e "Ordem Econômica".

A razão para tantas emendas é o "caráter polêmico do capítulo 1", segundo o padre Fernando Bastos D'Ávila, membro da Comissão, que substituiu Afonso Arinos na presidência quando ele não está presente. A proscrição da tortura, que passaria a ser considerada crime inaniável, e de todas as formas de colonialismo, o estabelecimento de relações, pelo Brasil, tanto com os Estados soberanos quanto com as associações de fins humanísticos, como a Anistia Internacional, e a defesa do desarme internacional são temas que serão

debatidos, sob o ângulo das relações externas.

Na "Declaração de Direitos", os conselheiros examinarão idéias como o direito à integridade da imagem, ao conhecimento de todo o processamento de dados concernente à própria pessoa, à proposição direta de projeto de lei, através de petição assinada por um determinado número de eleitores, à revogação de mandatos legislativos por iniciativa de eleitores insatisfeitos com o desempenho de um parlamentar. A criação do Defensor do Povo, indicada pelo presidente da República, com a função de defender os direitos do cidadão frente ao Estado e à sociedade, é outra sugestão que será debatida.

As reuniões serão diárias, das 9h às 19h, com intervalo apenas para almoço. Na quinta-feira, a Comissão decide se interrompe o "esforço concentrado" no final de semana ou se prossegue, sem parar, até o dia 12.



Na foto, o Centro de Estudos e Conferências (Centrecon) do Ministério das Minas e Energia, localizado em Itaipava, distrito de Petrópolis, situado a 66 km do Rio, em plena Serra do Mar, onde a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais inicia, a partir de amanhã, o seu "esforço concentrado". No detalhe, a sala de reuniões onde serão realizadas as plenárias da Comissão.



Anteprojeto será discutido na Serra do Mar

Três milhões e duzentos mil metros quadrados de matas e cuidados jardins na Serra do Mar esperam os membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. O Centro de Estudos e Conferências (Centrecon), administrado pela Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), empresa de economia mista ligada ao Ministério das Minas e Energia, preparou seus 56 apartamentos duplos, um auditório com

circuito interno de TV e equipamentos de projeção e de áudio e quatro salas de estudos para o trabalho da Comissão.

O Centrecon foi construído em 1978 e é mantido e ocupado pelas empresas ligadas ao Ministério das Minas e Energia. Petrobrás, Eletrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Nuclebrás, Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais e o Plano de Formação e Aperfeiçoamento do

Pessoal de Nível Superior do Ministério, administrado pela CAEEB, que dividem o orçamento anual do Centrecon (Cz\$ 9 milhões, em 66) e o seu tempo de ocupação, com cursos, seminários, reuniões de diretoria. A Comissão vai gastar cerca de Cz\$ 400 mil para trabalhar no local (seus membros poderão levar as esposas), com direito a refeições, sauna, sala de jogos, campos de futebol, nos momentos de descanso.

Em São Paulo, partidos discutem propostas para a Constituinte

Do Reportagem Local

O PMDB está convocando seus militantes para discutir em São Paulo, a partir do dia 4, numa quinzena de debates, as propostas que serão levadas ao Congresso constituinte. O PTB terá em mãos, dentro de um mês, seu próprio projeto de Constituição, assinado pelo jurista Luiz Antônio de Oliveira Ribeiro. O PT paulista já imprimiu dezesseis mil exemplares de uma cartilha sobre o assunto para distribuir aos filiados. O PDS formou uma comissão de onze membros, cujos nomes prefere manter em sigilo, para elaborar a plataforma da bancada de São Paulo para a nova Carta.

Cada um a sua maneira, os partidos se preparam, no Estado, para enfrentar o Congresso constituinte. Mas não conseguiram ainda — alguns nem tentaram — empolgar as suas bases. "As eleições para o governo estadual vão obscurecer o tema da Constituinte", prevê o deputado Aloysio Nunes, 41, secretário-geral do PMDB paulista. "O clima está mais para um reformão do que para uma autêntica Assembleia Constituinte", diagnostica o professor José Alvaro Moisés, 40, coordenador da Comissão de Assuntos Constitucionais do PT no Estado.

PMDB

No PMDB, a realização de debates sobre a nova Constituição ficou, até agora, a critério dos diretórios distritais de São Paulo e dos diretórios municipais do interior do Estado. "Em alguns diretórios, como o do Butantã (na zona oeste da cidade) houve muitas discussões a respeito, e em outros não houve nada", afirma José Eli Veiga, 37, superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (In-cra) e vice-presidente em São Paulo da Fundação Pedroso Horta, encarregado pela direção do PMDB de levar à frente o tema do Congresso constituinte.

A melhor oportunidade para os militantes do partido, seus parlamentares e candidatos a deputado opinarem sobre a plataforma peemedebista no Congresso constituinte começa no dia 4, com a abertura da "Quinzena da Constituinte", na sede regional do partido, no Paraíso (zona sul da cidade). Com base nos debates da quinzena, a Fundação Pedroso Horta vai elaborar um texto para ser incorporado à propaganda eleitoral do partido relativa ao Congresso constituinte.

PTB

No PTB paulista, as providências

relativas ao Congresso constituinte ficaram a cargo da bancada federal do partido. Segundo o líder da bancada, Gastone Righi, 49, as discussões entre os deputados petebistas começaram em torno de um projeto de Constituição elaborado pelo professor Canuto Mendes de Almeida e incorporaram contribuições do jurista Pinto Antunes e da comissão constitucional criada pelo prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, e coordenada pelo advogado J.B. Viana de Moraes.

Tomaram parte dos debates, além dos deputados, representantes da Juventude Trabalhista, que fizeram diversos simpósios a respeito do assunto. Os jovens petebistas sugeriram a redução da maioridade de 18 para 16 anos, com todos os direitos e deveres que isso implica. Agora, de posse de todas as sugestões, o jurista Luiz Antônio de Oliveira Ribeiro, da PUC-SP, está fazendo um texto final de projeto de Constituição, que deverá ser concluído em trinta dias.

PT

O PT foi o primeiro partido a levar aos filiados a discussão da nova Constituição. Defendeu, no Congresso, uma Assembleia Constituinte convocada exclusivamente para ela-

borar a Constituição, assim como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Derrotado, agora se prepara para tentar, no Congresso constituinte, "a democratização radical do Estado e da sociedade".

Em fevereiro e março, de acordo com os cálculos de José Alvaro Moisés, mais de duas mil pessoas participaram no Estado de São Paulo dos seminários do partido sobre o tema. Em julho, um novo seminário deve ser realizado, tendo como referência o conjunto de propostas dos militantes surgido das discussões anteriores, e o projeto da Constituição encomendado pela Direção Nacional do partido ao jurista Fábio Konder Comparato.

Só no ano passado, o PT paulista distribuiu seis mil cartilhas sobre Constituinte; este ano, mais dez mil exemplares foram impressos. O partido lançou também um jornal, "O PT e a Constituinte".

As posições definitivas do partido só devem ser fechadas depois das eleições, num encontro nacional, com contribuições de todos os Estados. Mas algumas dessas posições, segundo José Alvaro Moisés, já são consenso. Um exemplo, é a necessidade de se estabelecer algum critério

claro, que leve em conta o interesse social, para impor limites à propriedade privada.

Muitas das propostas arroladas pelo PT até agora são polêmicas. Uma delas, sugere que as Forças Armadas se concentrem exclusivamente no combate aos inimigos externos, quando os houver, e que permaneçam nos quartéis, subordinadas às autoridades civis.

PDS

No PDS paulista, os esforços direcionados ao Congresso constituinte são bem menores que os do PT. "A nova Constituição não vai ser mesmo uma panaceia para todos os males", afirma o presidente regional do partido, deputado estadual Sylvio Martini, 54. Ele não deseja nem que os candidatos a deputado façam propostas relativas à nova Constituição em nome do partido. "É melhor que eles saiam individualmente sobre a Constituinte, pois, envolvidos numa campanha eleitoral, podem fazer propostas que não condigam com nosso programa ou que não sejam viáveis", declara.

Quatro meses atrás, o PDS criou uma comissão de onze membros, todos eles deputados federais ou candidatos ao Congresso constituinte,

com a função de elaborar, até o final do ano, uma plataforma para os pedessistas paulistas para a nova Carta. "É melhor não revelar os nomes dos membros da comissão, para não haver vantagem de uns candidatos em relação a outros", diz seu coordenador, o deputado federal Renão Cordeiro, 56. Segundo ele, o trabalho da comissão ainda está "verde". "Há muita idéia, muita conversa, muita opinião, mas o problema não está mensurado", disse.

PFL

No PFL de São Paulo, a responsabilidade pelo tema do Congresso constituinte está a cargo do Instituto Tancredo Neves de Estudos Políticos e Sociais. A entidade promoveu em São Paulo, em dezembro, junto com a Fundação Friedrich Naumann, da Alemanha Ocidental — ligada ao Partido Liberal —, o simpósio "Liberalismo e Constituinte", com a presença de alguns dos pesos pesados do partido a nível nacional. "Nós sempre nos preocupamos com ideologia", diz o presidente da seção paulista do Instituto Tancredo Neves, Nelson Boni, 31, delegado regional do Ministério de Educação. (Sandra Carvalho)